



INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

WORKING PAPER N.º51

**A FACE HUMANA DA GLOBALIZAÇÃO: CENÁRIOS
PROSPETIVOS PARA O MEDITERRÂNEO (1950-2050)**

Teresa Ferreira Rodrigues, *IPRI-UNL e FCSH-UNL*

Susana de Sousa Ferreira, *FCSH-UNL*

Maio de 2013

RESUMO

Este texto toma a realidade do Mediterrâneo como estudo de caso, analisando-a numa ótica holística, implícita no contexto da globalização. O enfoque é dado à forma como perfis e tendências demográficas assimétricas podem representar diferentes riscos e oportunidades para cada um dos países envolvidos, bem como para a região como um todo. Procuramos nesta análise: (a) caracterizar o comportamento demográfico das diferentes unidades políticas no passado recente (1950-2010), particularmente distinto entre as margens Norte e Sul; (b) fornecer uma perspetiva integrada da realidade atual, com base em indicadores demográficos e de carácter socioeconómico; (c) sintetizar as principais características dos cenários natural e migratório previstos até 2050, recorrendo às previsões divulgadas pelo Departamento da População das Nações Unidas; (d) identificar as disparidades nos modelos previstos de evolução futura; (e) destacar a natureza crucial que os movimentos migratórios assumiram no Mediterrâneo e a forma como os seus volumes e tendências apresentam diferentes riscos e oportunidades para cada um dos países considerados e sub-regiões.

Palavras-chave: Globalização, Mediterrâneo, População, Migrações, Cenários prospetivos

«Demographic change was identified as being among the most predictable of future trends, yet the least studied by political scientists»

Robert Portman, *American Political Science Association*, 2005

O debate sobre o significado e abrangência do conceito de globalização é hoje incontornável para compreender o sistema internacional contemporâneo e remete-nos para um dos sustentáculos que enformam a sociedade internacional. Trata-se de um processo em contínua construção, que tem como resultado mais evidente a circulação global de bens, serviços e capital, bem como de informação, ideias e pessoas. Bastante referida, diversa nas suas muitas definições possíveis e longe de esgotada, a globalização afeta hoje todos os moldes em que assenta a sociedade de risco em que vivemos. Mas se os seus efeitos em termos económicos têm sido objeto de acesas discussões e avaliações cuidadas, foram-no bem menos no que concerne às mudanças que implicitamente introduz nos moldes de gestão política, designadamente ao nível de política externa e diplomacia, em termos sociais e sobretudo na discussão em torno dos valores culturais e de identidade¹.

O processo de globalização por que passa o Mundo atual inscreve-se no entanto em tempos e espaços diferenciados e é um sistema multiforme, o que lhe confere uma inevitável complexidade. Daqui se infere a necessidade de compreender e regular os desafios e oportunidades que sucessivamente se vão encontrando no seu desenrolar e também a urgência de enfrentar os riscos que lhe estão associados. A globalização, entendida como uma entidade dinâmica, traduz-se em exigências, impostas a um número crescente de atores. Em simultâneo, a sua existência enquanto processo definido e autónomo continua a ser polémica e questionada. Entre outras consequências, este facto transforma-a em matéria controversa e impossível de compartimentar².

O Mundo encolheu. A globalização sugere uma compressão de tempo e também de espaço, sujeito a processos de desterritorialização. Locais e objetos de poder podem estar em continentes distintos e apesar do poder se apresentar cada vez mais organizado e poder ser exercido à distância, ele sofre um processo de “desnacionalização”. Nas últimas décadas transformou-se a ideia de espaço e o modo como as populações humanas, também elas novas populações, o percecionam e utilizam. Mas a nova realidade mundial não esbate as diferenças sociais e económicas entre povos e grupos, nem soluciona os desequilíbrios manifestos que continuam a verificar-se no que concerne ao acesso a recursos naturais indispensáveis à vida humana, ao progresso e à sustentabilidade das soluções de desenvolvimento humano encontradas, o que gera desafios e oportunidades à sociedade de risco que caracteriza o Mundo atual. A comunidade internacional encontra-se numa fase de reavaliação e, embora esta afirmação padeça de uma enorme falta de originalidade, as próximas décadas serão de desafios e também de oportunidades únicas.

No Mundo pautado pelo acentuar da interdependência dos poderes, cabe ao Estado o difícil papel de atuar como moderador entre os compromissos assumidos externamente no seio de outras alianças e instituições internacionais, e garantir a sua aceitação pela sociedade civil e

pelos organismos não-governamentais que lhe estão próximos. Se nos países com melhores indicadores socioeconómicos o grau de estruturação política e social consegue gerir, mesmo que com graus diferenciados de sucesso, a ofensiva neoliberal, no caso de Estados mal consolidados o processo abre caminho a situações de tensão e rutura, consubstanciadas não raras vezes num agravamento das desigualdades internas. O avolumar das diferenças entre os que conseguem ou não acompanhar o processo, cria riscos de segurança humana à escala internacional, associada a processos de exclusão, a maior parte dos quais passíveis de tradução espacial³. A trilogia População-Recursos-Desenvolvimento regressa à ordem do dia, numa sociedade de risco global⁴. Talvez por esse facto a relação entre globalização, economia e desenvolvimento continue a estar marcada pela ambiguidade do ponto de vista discursivo e no debate que se estabelece entre esquerda e direita. Neste início de século, o Mundo não está a ficar mais unido politicamente, mais interdependente no campo económico ou mais homogéneo culturalmente. Ou estará?

Os Estados banhados pelo Mediterrâneo constituem um caso de estudo particularmente interessante, nomeadamente face aos novos (re)equilíbrios de ordem demográfica, num contexto de fortes assimetrias de desenvolvimento, quer entre os Estados que compõem cada uma das suas margens, quer entre ambas⁵. Entendemos o fator populacional como um elemento de incontornável importância geopolítica nos equilíbrios atuais e como predictor de futuro, designadamente em termos da capacidade que cada uma das entidades políticas irá demonstrar para se ajustar às transformações esperadas nas suas estruturas etárias e de volume populacional⁶. Falamos de um espaço com uma história própria, mas internamente diverso, atravessado por linhas de fratura cultural, económica e de desenvolvimento. Magrebe, Médio Oriente, Balcãs e Europa do Sul constituem sub-regiões onde se colocam desafios e jogam fatores de ordem geopolítica únicos, explicados a nível de composição étnica dos residentes, posse de recursos naturais, estabilidade política interna e externa, crime organizado, terrorismo, características do tecido produtivo, envelhecimento etário e migrações. Essas diferenças podem representar potencialidades, mas também riscos, designadamente de ordem identitária e de segurança.

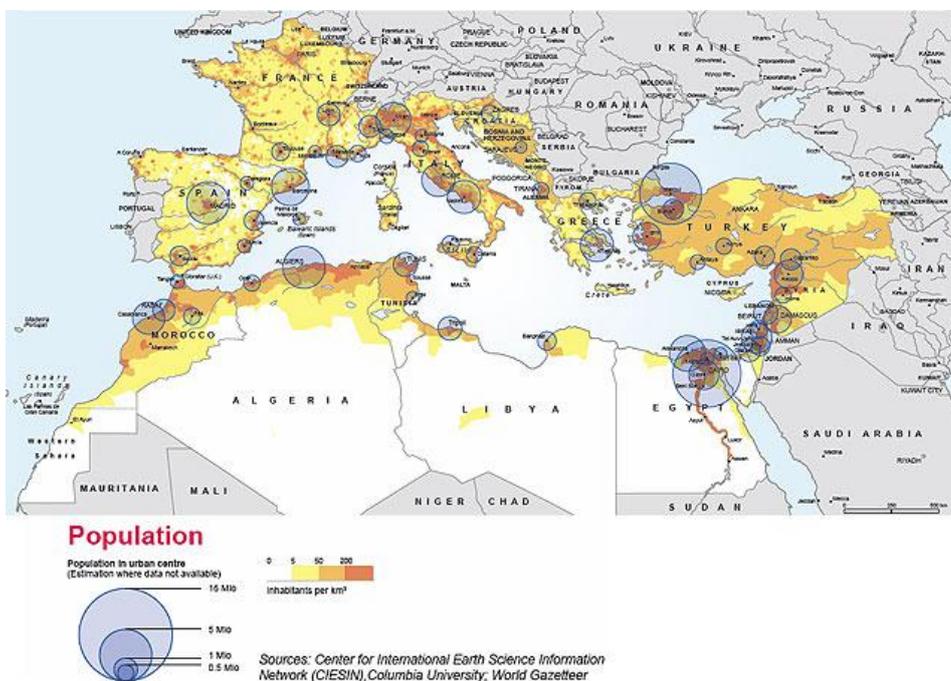
O Mare Nostrum, que ao longo dos séculos “foi jogando o papel ora de fosso separador, ora de ponte de ligação entre as suas margens Norte e Sul”⁷ ganha no início do século XXI valor estratégico na cena mundial, face às novas dinâmicas de redistribuição de poder geográfico, económico e financeiro. Em termos geoestratégicos é o espaço de contacto entre os eixos Norte-Sul e Este-Oeste, que ligam Europa do Sul, Ásia Ocidental e Norte de África, Atlântico, Índico e Mar Negro, confluência de religiões, rota para parte substantiva do comércio mundial e do tráfego petrolífero⁸. Neste ecossistema rico em desigualdades de desenvolvimento e assimetrias demográficas, juntam-se fatores de instabilidade intra e internacional, acrescido pela volatilidade dos fluxos migratórios⁹. Este aspeto era já sublinhado por Soares Barata, ao defender a existência de dois arcos de crise no que respeita às áreas de segurança em torno dos países da União Europeia: um do Norte até à Turquia, Cáucaso e Ásia Média, outro do Norte de África, ao longo do Mediterrâneo até ao Médio Oriente e sudoeste asiático¹⁰.

A nossa análise incide nos 21 Estados independentes cujos litorais confluem para o Mediterrâneo (Tabela 1). Retivemos a informação considerada relevante para avaliar o modo como perfis e tendências demográficas assimétricas representam riscos e oportunidades diferenciadas no passado, presente e futuro da região. Para responder a este objetivo geral iremos (a) caracterizar o comportamento demográfico de cada país no passado recente (1950-2010); (b) fornecer uma perspetiva integrada da realidade actual, com base em indicadores demográficos e de carácter socioeconómico; (c) sintetizar as principais características dos cenários natural e migratório previstos até 2050; e (d) discutir o modo como perfis e tendências migratórias assimétricas podem representar diferentes riscos e oportunidades para o futuro do Mediterrâneo na ótica das relações entre dinâmica demográfica e segurança.

Volumes humanos e modelos demográficos

Nos Estados considerados, maioritariamente de média e pequena dimensão, residem 466,5 milhões de indivíduos. Os quatro maiores são o Egipto (17%), a Turquia (16%), França e Itália (13%), que em conjunto representam 60% do total. Falamos de entidades com ritmos de crescimento distinto e comportamentos díspares a nível de fecundidade, mortalidade e perfis migratórios (Figura 1).

Figura 1: População residente: assimetrias de volume e distribuição



FONTE: MEDSEC, 2010

Olhar para o Mediterrâneo, sobretudo se o fizermos numa perspetiva ampla de avaliação de sustentabilidade, implica destacar o fator humano e os seus enquadramentos atuais, regionalmente diferenciados. A variedade cultural e religiosa explica os comportamentos

demográficos diversificados que hoje se observam em termos de saldo natural¹¹, porque nele coexistem: (1) zonas com processos de transição demográfica já terminados, como no caso europeu; (2) países do Magrebe, marcados por fenómenos tardios de transição demográfica, embora rápidos e convergentes; e (3) Estados onde o processo de mudança apenas teve início (Síria, Líbia). Acresce a este facto uma estrutura etária muito jovem, vigente nos dois últimos casos, que contrasta com a realidade europeia envelhecida.

A diversidade das unidades políticas consideradas está patente nos níveis de desenvolvimento económico e social que apresentam (Tabela 1). No entanto, 63% da população do Mediterrâneo possuía em 2010 padrões de vida confortáveis em contexto mundial, figurando 16 Estados no escalão superior do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). As posições menos vantajosas, embora correspondam a níveis de desenvolvimento médio, pertencem à Argélia, Egipto, Síria e Marrocos. Esta mesma hierarquia e posições relativas são confirmadas pelos resultados do Produto Interno Bruto (PIB) per capita, pese embora a existência de alguns desfasamentos entre as posições ocupadas pela Albânia, o Montenegro e a Bósnia e Herzegovina, quando cruzamos os dois indicadores. Por seu turno, os moldes de distribuição interna dos rendimentos não refletem situações preocupantes, a julgar pelos resultados do Índice de Gini.

Tabela 1: Identificação da região. Habitantes e níveis de desenvolvimento (2011)

Países / Regiões	População milhares	População %	IDH 2010	Índice GINI	PIB p/capita
África do Norte	165376	35,45	-	-	-
Marrocos	31951	6,85	130	40.0	146
Argélia	35468	7,60	96	35.3	105
Tunísia	10481	2,25	94	40.0	112
Líbia	6355	1,36	64	n.d.	79
Egipto	81121	17,39	113	34.4	125
Ásia Ocidental	105913	22,70	-	-	-
Israel	7418	1,59	17	38.6	42
Líbano	4228	0,91	71	n.d.	92
Chipre	1104	0,24	31	29.0	90
Síria	20411	4,37	119	n.d.	139
Turquia	72752	15,59	92	43.6	96
Europa	195254	41,85	-	-	-
Grécia	11359	2,43	29	33.0	39
Albânia	3204	0,69	70	26.7	123
Montenegro	631	0,14	54	30.0	145
Bosnia-Herzegovina	3760	0,81	74	56.2	118
Croácia	4403	0,94	46	29.0	69
Eslovénia	2030	0,44	21	24.0	44
Itália	60551	12,98	24	32.0	38
Malta	417	0,09	36	26.0	50
Mónaco	35	0,01	n.d.	n.d.	40
França	62787	13,46	20	32.7	33
Espanha	46077	9,88	23	32.0	35
Total	165376	100,00	-	-	-

FONTE: População (UNDP, 2010); IDH (UNDP, 2011); I.Gini, PIB (CIA, 2010)

A vantagem que os países da margem norte apresentam com base nesta descrição reduz-se quando olhamos os indicadores de crescimento demográfico futuro, que, a confirmar-se, poderão obrigar a novas lógicas de aliança entre as duas margens e com outras áreas geopolíticas e geoeconómicas. Mas será que existe um Mediterrâneo estruturado em duas margens?

Do passado aos cenários prospetivos: um Mediterrâneo a duas velocidades?

Até meados do século XXI prevê-se um aumento de 28% da população na bacia Mediterrânica, marcado por assimetrias só parcialmente explicadas pelo “mosaico étnico”¹². A norte estima-se uma ligeira subida do número total de efetivos (com 7 exceções), o que não evita a sua perda de importância relativa nas próximas décadas¹³. Se na Europa do Sul a imigração, constituída em muitos casos por indivíduos oriundos ou descendentes da margem sul, compensa a redução progressiva dos saldos naturais, a situação é menos favorável na Europa dos Balcãs. Até 2050, a Croácia e a Bósnia e Herzegovina poderão perder, respetivamente, 13 e 20% dos atuais residentes, como resultado da convergência dos padrões de comportamento demográfico dos grupos étnicos que as compõem¹⁴. Na margem Sul todos os espaços registam subidas muito positivas, podendo ultrapassar 50% na Síria, na Líbia e no Egipto (Tabela 2).

Tabela 2. População atual e projetada: volumes e variações (2010, 2050)

Países	2010		2050		Tx Variação %
	População milhares	%	População milhares	%	
África do Norte	165376	35,73	244256	41,02	47,7
Marrocos	31951	6,84	42583	7,15	33,3
Argélia	35468	7,48	49610	8,33	39,9
Tunísia	10481	2,19	12711	2,13	21,3
Líbia	6355	1,38	9819	1,65	54,5
Egipto	81121	17,84	129533	21,75	59,7
Ásia Ocidental	105913	23,37	151157	25,38	42,7
Israel	7418	1,54	10649	1,79	43,6
Líbano	4228	0,90	5033	0,85	19,0
Chipre	1104	0,19	1175	0,20	6,4
Síria	20411	4,75	36911	6,20	80,8
Turquia	72752	15,99	97389	16,36	33,9
Europa	195254	40,90	200054	33,60	2,5
Grécia	11359	2,36	10939	1,84	-3,7
Albânia	3204	0,67	3303	0,55	3,1
Montenegro	631	0,13	618	0,10	-2,1
Bósnia e Herzegovina	3760	0,79	3008	0,51	-20,0
Croácia	4403	0,93	3825	0,64	-13,1
Eslovénia	2030	0,43	1954	0,33	-3,7
Itália	60551	12,69	57066	9,58	-5,8
Malta	417	0,09	413	0,07	-1,0
Mónaco	35	0,01	na	na	
França	62787	13,23	67668	11,36	7,8
Espanha	46077	9,57	51260	8,61	11,2
Total	466543	100	595467	100	27,6

*As NU não efetuam estimativas para populações inferiores a 100 mil efectivos.

FONTE: Elaboração própria, com base nos cenários médios das NU (UNDP, 2010).

A importância relativa do conjunto africano e do asiático no contexto mediterrânico sobe quase 45% até 2050, com vantagem para o primeiro. A Europa, que hoje representa 41% do total de residentes, perde a liderança, ao descer para 34 pontos percentuais até meados do século. Os estados do Norte de África contarão então 41% do total de efetivos. Os maiores acréscimos deverão ocorrer na Síria (uma variação positiva de 80%), secundada pelo Egipto e a Líbia, que registarão aumentos da ordem dos 50%.

A análise conjunta dos ritmos de crescimento anual médio registado entre 1950 e 2050 em cada país sugere dois reparos: (a) falamos de entidades políticas com passados e presentes distintos; (b) projeta-se um futuro marcado por movimentos de aproximação dos comportamentos coletivos de fecundidade e mortalidade (Tabela 3).

Tabela 3. Dinâmicas longas. Crescimento anual médio (%): 1950-2050

Países	1950-2000	2005-2010	2020-2025	2045-2050
África do Norte				
Marrocos	2,37	1,20	0,90	0,25
Argélia	2,53	1,51	1,08	0,36
Tunísia	1,99	0,98	0,74	0,09
Líbia	3,35	2,00	1,12	0,55
Egipto	2,39	1,81	1,24	0,55
Ásia Ocidental				
Israel	3,20	1,70	1,08	0,54
Líbano	1,94	0,83	0,64	0,03
Chipre	0,94	1,02	0,88	0,50
Síria	3,13	3,26	1,54	0,71
Turquia	2,28	1,24	0,82	0,20
Europa				
Grécia	0,74	0,22	-0,02	-0,20
Albânia	1,87	0,37	0,34	-0,29
Montenegro	1,01	0,03	0,07	-0,19
Bósnia e Herzegovina	0,66	-0,12	-0,38	-0,92
Croácia	0,31	-0,15	-0,30	-0,46
Eslovénia	0,60	0,24	-0,03	-0,22
Itália	0,42	0,49	-0,13	-0,28
Malta	0,44	0,37	0,17	-0,19
Mónaco	0,64	0,28	0,64	0,33
França	0,69	0,53	0,26	0,00
Espanha	0,73	1,02	0,29	0,05

FONTE: 1975-2000 - UNPD, 2009; Anexos; 2005-2050 – UNPD, 2010: 16-20.

Os resultados do ritmo de crescimento médio real até 2010 espelham as diferentes cronologias com que cada entidade política efetuou a sua transição demográfica para a modernidade. Há um século atrás os níveis de fecundidade e mortalidade eram elevados, mesmo na margem norte, porque a Europa do Sul continuou até muito tarde a ser considerada o “berçário da Europa”, embora a vitalidade do seu crescimento fosse esbatida pelos efeitos negativos da emigração extracontinental e num segundo momento para os países do norte. O “atraso” no processo de transformação de comportamentos em relação à maioria dos restantes países europeus é recuperado nas décadas de 70 e 80 e o ciclo de vida curto e instável deu lugar no último quartel do século XX a um ciclo de vida longo e estável¹⁵.

A diferença entre 1950-2000 e 2005-2010 é significativa, embora minorada nos casos de Espanha, França e Itália, porque os saldos positivos da imigração conseguiram contrabalançar a redução ou inversão do saldo natural. Até final da centúria, a maioria dos Estados africanos e asiáticos aumentou em média 2 a 3% ao ano, embora a partir do início do século as descidas fossem notórias, exceção feita à Síria. Espera-se uma gradual uniformização das dinâmicas demográficas de todas as populações mediterrânicas, fruto da vulgarização progressiva de novos estilos de vida. As amplitudes entre ritmos máximos e mínimos de crescimento anual médio irão reduzir-se e existirá um número cada vez maior de locais em estabilização ou retrocesso

populacional (2 entre 2005-10, 5 em 2020-25, 8 em 2045-50). Em meados do século XXI, a Síria (0,7%) continuará a liderar, seguida pelo Egito, Líbia, Israel e Chipre, com aumentos anuais de 0,5%.

A desaceleração das taxas de crescimento anual médio em todos os países ocorre por duas ordens de fatores: a) a diminuição dos saldos naturais, porque os níveis de fecundidade descem mais rápido que os da mortalidade, apesar do impacto positivo induzido pela expectável melhoria dos indicadores locais de desenvolvimento económico e bem-estar social; b) o aumento da pressão emigratória, sobretudo nos limites sul e oeste, que ajuda a reduzir a subida do volume de efetivos. Interessa saber que países e sub-regiões tirarão maiores vantagens da previsível melhoria dos níveis de mortalidade, ligados a uma gradual subida das condições gerais de saúde, refletida também em novas estratégias familiares e padrões de fecundidade.

Sabemos que os ritmos de crescimento das populações resultam da diferença entre saldos naturais (nascimentos-óbitos) e migratórios (imigrantes-emigrantes). No relativo ao saldo natural e ao modo como este explica parte das assimetrias observadas na região mediterrânica apresentam-se na Tabela 4 três indicadores de fecundidade e mortalidade e respetiva variação entre 1975 e 2050: o Índice Sintético de Fecundidade (ISF) ou número médio de filhos por mulher, a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) e a Esperança média de Vida à Nascença (eo). Por nos reportarmos a cenários prospetivos, os resultados são influenciados por duas opções de partida, que decorrem da assunção da inevitabilidade de uma convergência gradual dos níveis de fecundidade e da melhoria tendencial, embora lenta, da mortalidade, pelo que devem ser lidos com cautela.

No caso da fecundidade é possível verificar: (1) as variações negativas generalizadas, à exceção do caso atípico francês¹⁶; (2) que as maiores reduções ocorrem no norte de África, em países com valores iniciais elevados¹⁷; (3) que em 1975 a faixa europeia está já em plena transição do modelo e deixa de garantir a renovação geracional, tendo sido a Albânia o último “bastião” de fecundidade. No futuro prevê-se o contínuo esbater das diferenças entre Estados. O número de nascimentos continuará a regredir em todos os países da margem sul, mas poderá registar ligeiras inversões, na sequência dos incentivos à natalidade e fecundidade, em alguns casos, como em França, já com algum sucesso.

Tabela 4: Principais Indicadores de Fecundidade e Mortalidade, 1975-2050

Países	Fecundidade (ISF)					Mortalidade (TMI)			Mortalidade (eo)		
	1975-80	2005-10	2045-50	Var.1975-2010	Var.2010-2050	2005-10	2045-50	Var.2010-2050	2005-10	2045-50	Var.2010-2050
África do Norte											
Marrocos	5,90	2,38	1,85	-59,7	-22,3	37,50	10,30	-72,5	71,2	78,6	10,4
Argélia	7,18	2,38	1,85	-66,9	-22,3	37,40	11,10	-70,3	72,3	79,0	9,3
Tunísia	5,69	1,86	1,85	-67,3	-0,5	22,50	8,30	-63,1	73,9	79,8	8,0
Líbia	7,38	2,72	1,85	-63,1	-32,0	20,90	8,70	-58,4	74,0	80,1	8,2
Egipto	5,66	2,89	1,92	-48,9	-33,6	39,50	10,70	-72,9	70,0	77,7	11,0
Ásia Ocidental											
Israel	3,41	2,81	1,90	-17,6	-32,4	5,10	3,40	-33,3	80,7	85,4	5,8
Líbano	4,31	1,86	1,85	-56,8	-0,5	25,20	8,80	-65,1	72,0	78,7	9,3
Chipre	2,29	1,52	1,85	-33,6	21,7	5,80	3,40	-41,4	79,7	83,8	5,1
Síria	7,47	3,29	1,85	-56,0	-43,8	18,60	7,60	-59,1	74,1	80,0	8,0
Turquia	4,72	2,13	1,85	-54,9	-13,1	31,40	9,70	-69,1	71,8	78,5	9,3
Europa											
Grécia	2,32	1,38	1,76	-40,5	27,5	4,00	2,70	-32,5	79,2	84,2	6,3
Albânia	4,20	1,87	1,85	-55,5	-1,1	18,30	8,00	-56,3	76,5	81,6	6,7
Montenegro	2,37	1,64	1,85	-30,8	12,8	11,60	4,90	-57,8	74,0	79,8	7,8
Bósnia e Herzegovina	2,24	1,21	1,59	-46,0	31,4	14,00	6,30	-55,0	75,1	80,2	6,8
Croácia	2,02	1,42	1,84	-29,7	29,6	6,90	3,80	-44,9	76,2	81,6	7,1
Eslovénia	2,20	1,36	1,82	-38,2	33,8	4,10	3,10	-24,4	78,4	83,3	6,2
Itália	1,94	1,38	1,74	-28,9	26,1	4,20	3,10	-26,2	81,2	85,4	5,2
Malta	2,02	1,26	1,64	-37,6	30,2	6,90	4,10	-40,6	79,7	84,2	5,6
França	1,86	1,89	1,85	1,6	-2,1	4,20	3,00	-28,6	81,2	86,0	5,9
Espanha	2,57	1,43	1,85	-44,4	29,4	4,10	3,00	-26,8	80,9	85,5	5,7

FONTE: 1975-2000 (UNPD, 2009); 2005-2050 (UNPD, 2010)

As mudanças na mortalidade são também significativas, causadas por melhorias no acesso a cuidados de saúde dos menos favorecidos. De destacar que: (1) as grandes assimetrias observadas nos níveis atuais da TMI contrastam com as previsões de futuro; (2) existem casos de exceção em todas as sub-regiões, embora alguns possam ser atribuídos a deficiências estatísticas¹⁸. As mudanças previstas testemunham a progressiva vantagem da vida sobre a morte e traduzem-se em ganhos expressivos nos países onde a esperança média de vida é atualmente mais baixa. No Egipto, Marrocos, Argélia, Líbano e Turquia as subidas ultrapassam nove pontos percentuais. Em 2010, os nascidos nos países considerados podem esperar viver em média entre 70 e 81 anos; em 2050, entre 78 e 86 anos¹⁹.

As relativas certezas quanto aos volumes e indicadores de movimento natural contrastam com as incertezas quanto ao presente e futuro das migrações, o que não é uma originalidade regional, dada a reconhecida “volatilidade” da variável, embora o Mediterrâneo

seja uma área geoestratégica única, espaço de trocas e choques culturais, de cooperação económica e exploração²⁰. Este facto explica a diversidade e também a complexidade dos movimentos migratórios: mobilidade no sentido Sul-Norte (Magrebe-Europa), Sul-Sul (da Líbia para a Tunísia e Egipto e dos países do Magrebe e Egipto para o Golfo Pérsico) e Este-Oeste (dos Balcãs e Turquia para a Europa Ocidental); movimentos intra e intercontinentais, migrações legais e irregulares. A importância que assumem as migrações na região mediterrânica e no jogo dos equilíbrios entre Estados remete-a para primeiro plano da cena política²¹.

Neste ponto se retoma a questão da dicotomia entre as margens norte e sul (Tabela 5). Na primeira, as migrações constituem a chave do crescimento populacional, tendo aumentado a partir dos anos 90 a pressão migratória na faixa litoral. Nos próximos anos, os países do sul europeu irão registar dois tipos de migração: a) a intraeuropeia, composta sobretudo por idosos e explicada pelas boas condições climáticas; b) a extraeuropeia, de população adulta em idade ativa. Na margem sul do Mediterrâneo, mau grado a desaceleração dos ritmos médios de crescimento, o volume de habitantes aumentará de modo assimétrico, privilegiando os centros urbanos, recetores de migrações internas rurais e de cidadãos provenientes de países mais a sul. Este facto terá possíveis impactos negativos na qualidade de vida desses núcleos e sabemos que a discrepância entre expectativas e realidades em contextos de forte concentração populacional pode potenciar focos de insegurança e instabilidade. No entanto, esse aspeto pode ser mitigado ou resolvido caso se encontrem respostas adequadas em termos socioeconómicos. Mas nem todo o norte é atrativo e nem todos os que saem do sul se dirigem à margem norte. A proximidade geográfica, a afinidade linguística e cultural e o grau de permeabilidade²² são fatores com um peso determinante no futuro regional²³.

Tabela 5: Saldos migratórios, em milhares (1990-2050)

Países	SALDOS MIGRATÓRIOS (em milhares)					
	1990-1999	2000-2009	2010-2019	2020-2029	2030-2039	2040-2049
África do Norte						
Argélia	-190,0	-280,0	-280,0	-180,0	-160,0	-160,0
Egipto	-1316,5	-717,7	-481,4	-531,4	-531,4	-531,4
Líbia	-40,6	-40,6	-330,1	-20,3	-10,2	-10,2
Marrocos	-950,0	-1289,0	-928,3	-628,0	-540,9	-540,0
Tunisia	-98,9	-100,6	-40,0	-40,0	-40,0	-40,0
Ásia Ocidental						
Israel	702,3	376,6	95,0	70,0	70,0	70,0
Líbano	230,0	87,5	-32,5	-40,0	-40,0	-40,0
Chipre	96,5	106,0	65,0	50,0	35,0	15,0
Síria	-200,0	492,4	-251,2	-98,5	-98,3	-99,1
Turquia	-350,0	-150,0	-35,0	-5,0	0,0	0,0
Europa						
Grécia	770,0	346,5	308,0	308,0	308,0	308,0
Albânia	-693,5	-120,1	-100,0	-100,0	-100,0	-100,0
Montenegro	-21,1	-23,1	-2,5	0,0	0,0	0,0
Bósnia e Herzegovina	-743,2	51,8	-10,0	-10,0	-10,0	-10,0
Croácia	-7,3	-2,9	20,0	20,0	20,0	20,0
Eslovénia	61,9	44,5	44,0	44,0	44,0	44,0
Itália	377,9	3852,6	1740,2	1330,1	1335,2	1335,2
Malta	8,4	13,6	10,0	10,0	10,0	10,0
Mónaco						
França	310,7	1265,8	997,8	939,8	948,7	951,1
Espanha	1115,3	5079,2	2001,5	1660,7	1427,4	1414,9

FONTE: UNDP, 2010

Trata-se de um sistema complexo e, ainda que o saldo migratório continue a permitir classificar os países como países de emigração e países de imigração, existem cada vez mais casos que asseguram três funções em simultâneo: emigração²⁴, imigração²⁵ e trânsito. Numa perspetiva de tempo longo, a grande maioria dos Estados envolvidos mantém as suas lógicas de comportamento migratório, como se infere dos saldos estimados entre 1950 e a atualidade, se excetuarmos as oscilações na região da Ásia Ocidental, envolvendo o Líbano e Chipre. Do total estimado de 214 milhões de migrantes internacionais em 2010²⁶ os países do Mediterrâneo Sul e Oriental eram responsáveis por 12 a 13 milhões, cerca de dois terços dos quais residiam na UE e 21,4% noutros países árabes do Golfo, na Líbia e em outros Estados do Mediterrâneo Sul e Oriental²⁷. Aumenta o número de imigrantes provenientes do Norte de África.

Os desafios de futuro

Nas próximas décadas o espaço mediterrânico continuará a apresentar modelos de comportamento coletivo diferenciado, de que resultam dinâmicas de aumento populacional diverso. Essa diversidade, embora menor que a atual, continuará a dividir as margens norte e sul

do *Mare Nostrum* e é parcialmente explicada pela composição étnica, religiosa e linguística, de que decorrem diferentes comportamentos face à fecundidade e mortalidade. Já o futuro previsto para os saldos migratórios nos países em estudo assenta no princípio de que os perfis associados a cada Estado se vão manter e que os Estados do Norte de África e da Ásia Ocidental continuarão a ser predominantemente de saída, e os europeus de entrada. Embora os volumes esperados variem de forma proporcional à dimensão das unidades consideradas, são muito positivos em quatro países da UE, embora tendam a reduzir-se, sobretudo no caso italiano e espanhol, onde se esperam descidas para metade e um terço, respetivamente. Egipto e Marrocos apresentam saldos migratórios muito negativos, embora no último caso em redução. A bacia do Mediterrâneo é uma região de tensões geopolíticas, de que a “Primavera Árabe” constitui prova. O agudizar dessas tensões pode aumentar o volume de migrantes ilegais no sentido Sul-Norte e também Sul-Sul.

Mais que os saldos e os volumes humanos envolvidos, o problema que urge resolver prende-se com a sua correta gestão, essencial para garantir a estabilidade regional. Esta deverá centrar-se na contenção dos fluxos e na criação de mecanismos que permitam rentabilizar os efeitos positivos. Assim será possível a) solucionar o excesso de mão-de-obra nos países da margem Sul; e b) combater os efeitos do envelhecimento demográfico da população, acompanhado pela inevitável redução do número de adultos em idade ativa nos países da margem Norte. Esta gestão deve ser abordada numa ótica multidimensional, considerando valores como governança, cooperação, segurança humana e estabilidade política e social, entre outros, os quais são indispensáveis para garantir a estabilidade e segurança regional.

De que modo os cenários previstos interferem com a questão que colocámos no início sobre as relações entre dinâmica demográfica e segurança no Mediterrâneo? Este estudo tentou salientar a importância geopolítica que assume o fator demográfico nos equilíbrios atuais e de futuro entre os 21 Estados independentes cujos litorais confluem para o Mediterrâneo, designadamente em termos de ajustamento perante as transformações expectáveis nas dinâmicas de crescimento nas próximas décadas.

Mas os volumes populacionais precisam de contexto e são insuficientes para fomentarem de *per si* mudanças políticas e riscos de segurança. Não existe uma relação única entre variáveis demográficas e questões de segurança. Deste modo, a forma proativa de enfrentar os desafios e tirar vantagens das possibilidades geradas pelo vetor demográfico exige uma abordagem compreensiva e exige também respostas políticas de largo espectro num tempo de média duração e no pressuposto de que as dinâmicas populacionais podem criar situações de insegurança, mas também respostas. As implicações de segurança que decorrem das tendências demográficas nos países mediterrânicos vão depender da capacidade política, especialmente das suas instituições, governos e líderes, para lidarem com os desafios e gerirem oportunidades.

-
- ¹ RODRIGUES, Teresa - «Globalização, População e Ambiente», Lisboa: Academia das Ciências, 2011, p.1. Disponível em: http://www.acad-ciencias.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1736 [Consultado em abril de 2012].
- ² MILNER, Helen - *Globalization, Development, and International Institutions: Normative and Positive Perspectives*. Princeton University, 2005. Disponível em: <http://www.princeton.edu/~hmlner/forthcoming%20papers/Review%20Essay%20v5.pdf> [Consultado em dezembro de 2011]
- ³ BECK, Ulrich - *World Risk Society*. Cambridge: Polity Press, 1998.
- ⁴ RODRIGUES, Teresa - «Espaços e Populações do século XXI». In *Janus 2010. Portugal no Mundo. Meio Século de Independências Africanas*. Lisboa: UAL-Público, 2010, p.56.
- ⁵ RODRIGUES, Teresa - «Realidades Demográficas no Mediterrâneo. (I) - Dinâmicas Actuais e Cenários Prospectivos». *FLAD/GEEMA – Segurança, Defesa e Geopolítica, 2009 (Working Paper)*. Disponível em: <http://www.geema.org/?no=251000100075.001> [Consultado a 24 outubro 2011].
- ⁶ GOLDSTONE, Jack A. - «DEMOGRAPHY AND SECURITY: Security Implications of Global Population Changes, 2008-2050». *Research Paper*, nº07, George Mason University, School of Public Policy, 2009.
- ⁷ BARATA, Óscar Soares - *Demografia e Sistema Internacional*. Lisboa: ISCSP-UTL, 2003, p. 420.
- ⁸ *Vid.* MONTENEGRO, José Alfredo Monteiro - *A Contenção do Terrorismo Transnacional e a Segurança no Mediterrâneo*, EMD nº12, Curso de Promoção a Oficial General 2005/2006, IESM – MDN, Lisboa (policopiado), 2006; e CORREIA, Pedro de PEZARAT - *Manual de Geopolítica e Geoestratégia I*. Coimbra: Almedina, 2010.
- ⁹ FARON, O., GEORGE, P. - «Les migrations européennes de la Grande Guerre à nos Jours », in *Histoire des Populations de l'Europe III* (Bardet, J-P, Dupâquier, J., dir.). Paris : Fayard, 1999, 355-375, pp. 355-356.
- ¹⁰ BARATA, Óscar Soares - *Demografia e Sistema Internacional*. Lisboa: ISCSP-UTL, 2003, pp. 420 e segs.
- ¹¹ Saldo Natural resulta da diferença entre volumes ou taxas de nascimentos e óbitos por ano ou em determinado período temporal.
- ¹² O peso da comunidade muçulmana explica as diferenças que encontramos entre as dinâmicas de aumento populacional da Eslováquia e da Bósnia ou da Croácia e do Montenegro. (FARON, O., GEORGE, P. - «Les migrations européennes de la Grande Guerre à nos Jours », in *Histoire des Populations de l'Europe III* (Bardet, J-P, Dupâquier, J., dir.). Paris : Fayard, 1999, 355-375, pp.592 e segs). *Vid.* UNDP - *Human Development Report, 2011*. Nova Iorque: 2011. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Tables.pdf [consultado a 10 novembro 2011]; LUTZ, Wolfgang, MAMOLO, M., SCHERBOV, S. - “Probabilistic Population Projections for the 27 EU Member States Based on Eurostat Assumptions”. *European Demographic Research Papers*, EUROSTAT, 2008. Disponível em: http://www.oew.ac.at/vid/download/edrp_2_08.pdf [Consultado a 24 outubro 2010].
- ¹³ ESPON - *Territorial dynamics in Europe: Trends in population development*. ESPON 2013 Programme, Comissão Europeia, Bruxelas, 2009, p. 15. Disponível em: http://www.espon.eu/mmp/online/website/content/programme/1455/2175/2176/2177/index_EN.html [Consultado a 13 julho 2009].
- ¹⁴ FARON, O., GEORGE, P. - «Les migrations européennes de la Grande Guerre à nos Jours», in *Histoire des Populations de l'Europe III* (Bardet, J-P, Dupâquier, J., dir.). Paris: Fayard, 1999, pp. 355-375, p. 631.
- ¹⁵ No primeiro caso lidamos com populações jovens em termos etários, com descendências médias elevadas e saldos naturais positivos, apesar dos níveis da mortalidade serem elevados em todas as idades, sobretudo entre os mais jovens e mais idosos. A esperança média de vida à nascença é baixa, embora com tendência de subida à medida que avançamos no tempo. No segundo caso deparamo-nos com a situação típica de países que já passaram por todas as fases de transição e atingem uma nova fase de estabilidade dos indicadores. Os saldos naturais voltam a ser moderados, mas natalidade e mortalidade estabilizam a níveis mínimos, inéditos na história da Humanidade (RODRIGUES, Teresa - “Introdução”, *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: Afrontamento, 2009).
- ¹⁶ O primeiro a beneficiar com políticas de família ajustadas ao perfil étnico e social da sua população residente.
- ¹⁷ Na Argélia e Líbia atingem em 1975-80 os 7 filhos por mulher. A Síria possui médias idênticas, mas o processo de mudança será mais tardio.
- ¹⁸ Designadamente em África (Tunísia e Líbia), na Ásia (Israel e Chipre) e na Europa (Albânia, Montenegro e Bósnia).
- ¹⁹ UNDP - *World Population Prospects. Highlights*. Nova Iorque: 2009. Disponível em: http://www.un.org/esa/population/publications/wpp2008/wpp2008_text_tables.pdf [Consultado a 13 outubro 2009].

-
- ²⁰ JOSEPH, J. S. - «The Barcelona Process and the Search for Political Stability and Security in the Mediterranean – Context, Objectives and Achievements», in PRAUSSELLO, F. (ed.) “*Sustainable Development and Adjustment in the Mediterranean Countries following the EU enlargement*”. Milão: 2006 p. 1.
- ²¹ RODRIGUES, Teresa, FERREIRA, Susana de Sousa - «Realidades Demográficas no Mediterrâneo. II – Dinâmicas migratórias e análise a longo prazo das tendências demográficas (1950-2050)». *FLAD/GEEMA – Segurança, Defesa e Geopolítica (Working Paper)*, Julho 2011. Disponível em: <http://www.geema.org/index.htm?no=2510001> [Consultado a 24 outubro 2011].
- ²² É conhecido o peso da clandestinidade e as dificuldades de controlo das migrações (UN - *World Migration Stock. The 2008 revision*. Nova Iorque: 2009. Disponível em: <http://esa.un.org/migratiON/index.asp?panel=1> [Consultado a 24 outubro 2009]).
- ²³ FARON, O., GEORGE, P. - «Les migrations européennes de la Grande Guerre à nos Jours», in *Histoire des Populations de l'Europe III* (Bardet, J-P, Dupâquier, J., dir.). Paris: Fayard, 1999, pp. 355-375, pp. 352-353.
- ²⁴ Emigração: “*The act of departing or exiting from one State with a view to settle in another. International human rights norms provide that all persons should be free to leave any country, including their own, and that only in very limited circumstances may States impose restrictions on the individual’s right to leave its territory.*” (IOM - “*International Migration Law – Glossary on Migration*” Geneva: IOM, 2004, p. 31. Disponível em: http://www.iom.int/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/published_docs/serial_publications/Glossary_eng.pdf [Consultado a 1 junho 2011]).
- ²⁵ Imigração: “*A process by which non-nationals move into a country for the purpose of settlement.*” (IOM - “*International Migration Law – Glossary on Migration*” Geneva: IOM, 2004, p. 31. Disponível em: http://www.iom.int/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/published_docs/serial_publications/Glossary_eng.pdf [Consultado a 1 junho 2011]).
- ²⁶ IOM - *World Migration Report 2010 – The Future of Migration: Building capacities for change*. Genebra: IOM, 2010.
- ²⁷ FARGUES, Phillippe - «Mediterranean Migration 2008-2009 Report», 2009. Disponível em: http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/11861/CARIM%20Migration_Report%2020082009%20revised%20Oct09.pdf?sequence=3 [Consultado a 15 de junho de 2011].